

MEMÓRIAS DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XL

Sobre a lusofonia global

JORGE BRAGA DE MACEDO



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2019

Sobre lusofonia global

Jorge Braga de Macedo

1. INTRODUÇÃO

Em 23 de julho de 2009, logo após ter apresentado uma comunicação na sessão da Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa dedicada à CPLP — onde também falou o confrade guineense Carlos Lopes, alto funcionário da ONU — coube-me proferir uma conferência na sede da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal. Como se pode ler em *Diálogos de Internacionalização da AICEP Livro de Actas Formando Conhecimento* (pp. 41-46), um *e-book* divulgado em janeiro de 2012, a conferência visava «perspetivar o valor de Portugal no mundo e compreender a importância do povo, da língua e da diáspora portuguesa, sem esquecer a nossa integração europeia e o panorama internacional».

Ao visitar de novo o texto, aproveito para dar conta da evolução subsequente da CPLP. De acordo com os respetivos estatutos, esta organização intergovernamental «é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus membros»: a declaração assinada pelos Chefes de Estado e de Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, reunidos em Lisboa, no dia 17 de julho de 1996, inclui, entre muitos outros objetivos, a «cooperação económica e empresarial» bem como «no domínio universitário, no da formação profissional e nos diversos sectores da investigação científica e tecnológica». Timor-Leste tornou-se membro em 2001 e Guiné-Equatorial em 2014, depois de uns anos como observador, categoria onde se encontram Maurícias, Senegal, Geórgia, Namíbia, Turquia e Japão.

O texto divide-se em cinco secções, incluindo esta introdução e a conclusão. Na secção 2, recorro a declaração da Cimeira de Bissau sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), aprovada no décimo aniversário da CPLP, que acrescenta o «conhecimento mútuo» à «amizade mútua» entre os

Estados-membros. Apresento na secção 3 a declaração de Lisboa sobre ciência e tecnologia para o desenvolvimento global. Aprovada em finais de 2008 numa conferência realizada no Centro Científico e Cultural de Macau pelo Instituto de Investigação Científica Tropical, IP (IICT) e outras entidades, sob a coordenação do confrade da Academia Real da Bélgica, Jean-Pierre Contzen, conselheiro do governo sobre ciência, concretizou tal conhecimento mútuo em áreas científicas chave para o desenvolvimento na CPLP.

A secção 4 aborda a lusofonia económica que, em Portugal, tem sido analisada pelo Conselho Estratégico para a Internacionalização da Economia (CEIE), no qual têm assento os membros do governo e as confederações empresariais relevantes para o que se passou a denominar diplomacia económica. Entre estas, figura a CIP–Confederação Empresarial de Portugal, que, em meados de 2014, passou a presidir à ELO — Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação, entidade fundadora do Conselho de Orientação do IICT em 2005 (estando desde 2012 na respetiva Unidade de Acompanhamento) que, desde o início, deu apoio estratégico ao projeto da lusofonia económica.

A conclusão radica a necessidade da lusofonia ser global nas respostas nacionais às três vagas da globalização. Tal como a da primeira vaga, a resposta atual relaciona o *Saber Tropical* com a internacionalização das empresas portuguesas para além do mercado único europeu — ou seja visa alinhar conhecimento e investimento. Por exemplo, a crise global levou confrades de ambas as classes a investigar as perceções dos economistas, tal como a Academia Britânica o fizera na carta que dirigiu à Rainha de Inglaterra. Fê-lo numa perspetiva que incorpora as ciências naturais e os países em desenvolvimento, nomeadamente lusófonos, tendo dado lugar ao opúsculo *Writing to Queens while Crises Proceed*, publicado pelo IICT em 2013. Em 2015, um projeto no âmbito da lusofonia energética deverá continuar a aproximar as duas classes visto que, como refere a proposta de 10 de dezembro de 2014, se trata de «um problema eminentemente pluridisciplinar envolvendo aspetos de física, engenharia, geologia, economia, sociologia e política.»

A bibliografia inspira-se nas referências da minha homenagem ao confrade António Dias Farinha, Secretário-geral na altura e querido amigo, com o lindo título *D'aquém, d'além e d'ultramar*, onde evoco uma perspetiva sobre Globalização

e Governação (G&G) cujas raízes remontam à criação da ELO, que começou por funcionar no Centro de Socioeconomia do IICT, em 1986, e que defendi, ainda antes da criação da CPLP, numa homenagem ao saudoso confrade Manuel Jacinto Nunes por ocasião da sua jubilação em 1996. A interação entre G&G está refletida em trabalhos que envolvem confrades de ambas as classes em colaboração com o IICT e o *Center for Globalization and Governance, Nova School of Business and Economics* (CG&G/NOVASBE), nomeadamente o referido opúsculo *Writing to Queens*. Reforço a tónica na lusofonia científica e económica com excertos de «Mutual knowledge and global lusophonia», publicado na revista moçambicana bilingue *Capital*, e da apresentação ao conselho diretivo do *European Business Council for Africa and the Mediterranean* na sua reunião em Cascais a 13 de novembro de 2014, subordinada ao tema *Promoting business across the regional integration platforms of CPLP*.

Em suma, decorre da lusofonia global uma abordagem específica para avaliar o «valor económico da língua portuguesa», a qual exige que se combine história e geografia, economia e política, nacional e internacional, com atenção a áreas da política externa portuguesa, como a científica e a económica, onde o efeito da pertença lusófona costuma ser ignorado em detrimento da pertença europeia. A política externa portuguesa relativa à CPLP deve ir além do facto de existirem mais oito países membros, seis observadores e outras comunidades espalhadas pelo mundo onde se conhece a cultura portuguesa: tal como a língua comum se fala com sotaques próprios e se escreve com ortografias diversas, a diversidade lusófona não deve impedir as empresas de competir nas plataformas regionais dos países da CPLP.

Embora se continuem a contrastar motivações religiosas, políticas, científicas e comerciais para a participação empenhada de Portugal em ambas as vagas da globalização, o espírito da lusofonia global é procurar o bem comum lusófono gerindo a diversidade das situações. Documentos recentes coligidos pelo confrade Duarte Ivo Cruz confirmam que, como Jorge Borges de Macedo (1921-96) afirmou na comemoração do centenário da Conferência de Berlim em 1985: «Angola compensava largamente os portugueses quando as dificuldades internacionais se acumularam no Congo». Berlim é a primeira paragem da lusofonia global porque teve consequências para as pessoas e as empresas por via da abertura da economia e da sociedade à Europa e ao Atlântico, que iremos definir como

esteios da diferencialidade portuguesa, no contexto doutras paragens dessa mesma lusofonia global.

2. CONHECIMENTO MÚTUO E DIFERENCIALIDADE

A Declaração de Bissau sobre os ODM é a melhor ilustração do conceito, revelando originalidade a nível de outras declarações, ao realçar a dimensão do «conhecimento mútuo» como um aspeto indispensável da parceria global para o desenvolvimento entre os países membros. Ou seja, vontade política e recursos financeiros são necessários mas não suficientes para atingir os ODM. Sem conhecimento, e não é qualquer conhecimento, mas conhecimento mútuo, não existem resultados no terreno que permitam cumprir tais objetivos e que potenciem o valor de todos países da CPLP. Para além do princípio geral da partilha entre os membros, o conhecimento mútuo não pode existir sem colaboração entre cientistas e empresas. Ora mau grado esse objetivo, que já consta da declaração de Lisboa e do horizonte 2020, esta é uma deficiência que a Comissão Europeia encontra em muitos Estados-membros da União.

No balanço dos ODM, levado a cabo pelo IICT em 2007 a pedido da presidência guineense, viu-se que só Cabo Verde conseguiu cumprir quatro dos objetivos quantitativos, sendo que os outros países da CPLP que recebem ajuda externa apenas alcançam um ou dois deles. Acrescente-se que o conhecimento estatístico continua insatisfatório, mau grado os trabalhos do Centro do Desenvolvimento da OCDE, sobretudo o relatório *Perspetivas Económicas em África* (AEO) financiado pela Comissão Europeia desde 2001 e realizado em parceria com o Banco Africano de Desenvolvimento. Também tem havido uma crescente colaboração entre bancos centrais concretizada nos 24 encontros anuais em Lisboa, nas vésperas das assembleias gerais do FMI e do Banco Mundial.

Mutualizar o conhecimento passa por uma análise multidimensional de diversos planos e indicadores. De facto, o enquadramento interdisciplinar deve conseguir juntar os vários aspetos específicos da realidade que resultam da reflexão de cada disciplina bem como a forma de os potenciar em países em vias de desenvolvimento. Assim se transforma o conceito de competitividade num conceito político — que Borges de Macedo denomina de diferencialidade. A diferencialidade define

a forma como uma Nação-Estado é igual, sendo diferente, ou melhor, sendo comparável.

Desconstruindo o conceito no caso de Portugal, vem uma combinação de liberdades e de pertenças que tanto pode ser virtuosa como viciosa, sendo que tanto estas como aquelas devem ser complementares. Assim, a liberdade política e a liberdade financeira não devem ser vistas como conflituantes mas uma ignora frequentemente a outra. Se analisarmos a nossa história desde 1820, verificam-se tantos períodos em que a liberdade política e a liberdade financeira se não compatibilizam como períodos em que se reforçaram mutuamente. Uma fonte de conflito que prevaleceu entre 1890 e 1992 foi a inconvertibilidade da moeda, que ressurgiu enquanto incapacidade de encontrar financiamento de mercado durante a crise da zona do euro e o subsequente pedido de ajuda externa. Acrescem à liberdade política e financeira das pessoas as suas pertenças e conceções do mundo. Neste ponto, para além da identidade local, tradicional do nosso país, existem, de facto, a europeia e a atlântica, ou lusófona.

O valor económico de Portugal no mundo deve avaliar-se antes de mais na perspetiva do mercado nacional relativamente ao mercado global, e depois pela introdução da dimensão política, a nível da Nação. A esse respeito, existe perigo de conflitos dentro dos próprios governos, às vezes mais graves do que entre o governo e a oposição, verificando-se tentativas de destruição mútua entre órgãos de soberania, cujas consequências, mesmo não atingindo sobremaneira os titulares, afetam o sistema político. Assim, a separação de poderes, posto que desejável, pode levar a ineficiências que também deterioram o sistema político: durante o período de emergência financeira, verificou-se um ativismo do Tribunal Constitucional sem paralelo na zona do euro, o qual dificultou entendimentos de médio prazo entre as principais forças políticas.

A nível externo, o caminho da diferencialidade passa pela cooperação com países dependentes da ajuda externa, de maneira que reflita a pertença lusófona dos portugueses. Assim, ter-se-á de introduzir as dimensões da cooperação e da competitividade, medida esta nos termos habituais — através das taxas de câmbio reais efetivas e outras medidas que permitam ver como a produção no mercado nacional se compara aos outros concorrentes no mercado global.

Para situar o peso da lusofonia no mundo, usam-se valores comparáveis do PIB e da população coligidos pelo saudoso Angus Maddison para o período

1-2006 para calcular a quota respetiva da CPLP no mundo, sendo que os dados para o Brasil começam em 1500 e para os países africanos em 1950. Antes da independência do Brasil, o peso do PIB e da população da CPLP no mundo ficam abaixo de 1%, em 1950 ultrapassam os 2% e andam pelos 3,5% em 1980. Até ao virar do milénio, a população mantém-se mas o PIB baixa para menos de 3%. Nesse período, o PIB por lusófono é superior à média mundial em 1820 e 1980 mas desce para quase metade em 1913. Volta a subir até 1980, descendo no início do século xxi para valores próximos dos registados em 1950 (observa-se este padrão no quadro 3 da contribuição para o volume de homenagem a Dias Fari-nha, p. 107, embora a percentagem incorreta da população subavalié o PIB por lusófono em 2003 de mais de 80% da média mundial para 50%). Outro aspecto marcante, em particular dos PALOP, é uma volatilidade do PIB por cabeça muito superior à média da África subsaariana, pois são países pujantes quando crescem mas com quedas também substanciais.

Na área da CPLP existe convergência através de um ganho de competitividade e diferencialidade até ao princípio da era industrial. A revolução do conhecimento ocorreu no século xv, com a primeira vaga da globalização, e a visão moderna da globalização dá uma grande importância a este crescimento de diferencialidade. No século xix, as consequências das invasões napoleónicas para Portugal continental e o drama da Revolução Francesa no Brasil, caso único na América do Sul em que não foi a Revolução Americana que agitou as elites, confirmam que a diferencialidade desapareceu até meados do século xx. Com a pujança do crescimento asiático a partir de 1980, o nível de vida relativo da CPLP decresceu até ao início do século xxi, embora o potencial da lusofonia se mantivesse ao nível das relações bilaterais entre Portugal e os restantes países. Dada a prevalência de visões bilateral-protecionistas que ignoram o bem comum lusófono, a nossa diferencialidade não dispensa que se analise em concreto em que termos os nossos interesses podem estar alinhados com aqueles de um país de dimensão continental como o Brasil, para mais identificado com Rússia, China, Índia e África do sul, os BRICS.

Outro ponto relevante nesta ação relaciona-se com uma dimensão financeira, incompreensivelmente ignorada até à crise global. Historicamente, Portugal teve uma sólida reputação financeira reconhecida até ao liberalismo, mas que se deteriorou substancialmente a partir do século xix. O choque com repercussões a

médio e longo prazo que se seguiu aos pedidos de ajuda externa por parte de países endividados da zona do euro, entre os quais Portugal, ilustra como a estabilidade financeira se pode perder instantaneamente, ainda que a bancarrota não seja inevitável nem eterna...

De novo, os nossos ciclos de governação desde as guerras liberais oscilaram não só entre Europa e lusofonia mas também entre liberdade política e financeira. Mesmo na construção da lusofonia global, é de sublinhar a vertente financeira. Assim, numa altura de emergência como a que vivemos nos últimos cinco anos, sobretudo durante a vigência do Memorando de Entendimento com o FMI e a UE, a estratégia de abertura deve passar tanto pelo comércio e investimento externos como por instrumentos de índole financeira. Além disso, mesmo que a CPLP não se possa constituir como uma realidade comum em termos de comércio por ser impossível alinhar os interesses de todos os países, pode fomentar-se a ligação dos membros com os seus blocos de integração regional, da UE e Mercosul à África austral, sem esquecer Macau, China — o que pode facilitar as relações com outro membro fundador dos BRICS.

Relativamente à CPLP os níveis díspares de diferencialidade saltam à vista entre um membro fundador da OCDE, o gigante brasileiro, quatro micro-Estados na África ocidental e central, dois países da África austral e Timor-Leste — sugerindo que a métrica não pode ser nem a população nem o PIB, nem sequer o rácio deste com aquela. Por último, existe uma divergência na CPLP derivada da sua dispersão geográfica, sendo que a distância média entre capitais ou cidades principais é de 7200 km, quando na Europa dos 27 é de 1400 km. Estrategicamente, se perspetivarmos apenas os cinco estados atlânticos da CPLP, esta seria filha daquele oceano, pois passamos a ter uma distância reduzida a metade, havendo inegavelmente, quer histórica quer geograficamente, um elevado potencial. No entanto, para a lusofonia ser global deve olhar para o mundo.

Em suma, a CPLP continuará a ser ignorada enquanto não se compreender que a riqueza desta comunidade está precisamente na sua diversidade e que a cultura não é inimiga da economia. E, para a gestão dessa diversidade, não basta a aplicação dos recursos financeiros, pelo que se torna imprescindível a existência de confiança e de um conhecimento mútuo. O multilateralismo baseado na cultura não é um entrave porque os empresários necessitam de conhecimento científico e este só se torna concreto quando mediado na cultura, que facilita a sua mutualização.

3. CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO GLOBAL

Já na cooperação em ciência e tecnologia é mais fácil dinamizar esquemas Norte-Sul-Sul, como se tentou com a Declaração de Lisboa sobre ciência e tecnologia para o desenvolvimento global, aprovada pelo Secretariado Executivo da CPLP no quadro do seu protocolo de colaboração com o IICT, assinado em março de 2004.

A Declaração de Lisboa, de 18 de setembro de 2008, aprovada no final da conferência coordenada pelo confrade Contzen, refere a importância de indicadores comuns que permitam avaliar o progresso da educação e da pesquisa da inovação, insistindo que este esforço em torno do conhecimento para o desenvolvimento global deve alargar-se a mais entidades. Assim a Declaração foi avançada logo em dezembro em Maputo com a própria CPLP e com o Ministério da Ciências e Tecnologia de Moçambique, que fizeram suas as considerações da Declaração de Lisboa. Seguiu-se uma reunião em Brasília dos Ministros da Agricultura da CPLP a respeito da qualidade alimentar, tendo sido reforçado o interesse pelo tema na cimeira que iniciou a presidência angolana em 2010 ao ponto de, durante a presidência moçambicana, ter fortemente aproximado a CPLP da FAO, dirigida por um brasileiro.

Neste contexto, a crise financeira global de 2008 não impede que se usem a ciência e a tecnologia como alavancas, porque a base do conhecimento e as infraestruturas tecnológicas não se alteram. Dever-se-á, portanto, estimular a inovação local que permita utilizar a capacidade já instalada. E essa inovação terá que ser determinada pela procura societal e local, já que o comércio mundial caiu fortemente. Tal inovação depende mais do facto de se poder aproveitar o conhecimento já existente para inovar do que apenas de investigação e desenvolvimento.

Como exemplo, cito comunicações do confrade Contzen ao IICT e à Academia Real da Bélgica que salientam as parcerias público-privadas relativamente às energias renováveis, as quais estão a funcionar entre países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento. Ele insiste ainda que os pacotes de estímulo adotados em 2009 e 2010 levam muitas vezes a que não se possa discriminar em função da nacionalidade, existindo um montante de fundos a que se pode e deve recorrer. Os pacotes de estímulo orçamental feitos por Estados desenvolvidos, como os

Estados Unidos, alguns Estados europeus e também a China são assim potenciais de oportunidades excepcionais a nível da energia e do ambiente, que podem ser trabalhadas fora do plano interno dos países.

Contzen lembra que as inovações podem usar serviços de fonte aberta, e não apenas o *software*. Assim, dever-se-á aproveitar o conhecimento que existe e recorrer ao seu uso, através do aproveitamento do investimento de outrem para conseguir fazer ou utilizar os *softwares* que existem na *Internet*. Também aborda a questão das chamadas inovações negligenciadas e nota o papel crescente de Portugal na inovação, justificando este desempenho pelo esforço nacional que tem sido visível nos últimos anos. A par disso, salienta que existem inovações que não são baseadas na tecnologia. Ou seja, a capacidade de aproveitar infraestruturas configura a diferencialidade portuguesa.

A lusofonia económica assenta ainda no conhecimento relativamente ao desenvolvimento, também chamado saber tropical. Além da Declaração de Bissau, pode mencionar-se a «iniciativa portuguesa» aprovada na reunião dos Ministros da Ciência e Tecnologia da CPLP no Rio de Janeiro em 2003 relativa às coleções históricas e científicas do IICT e a reflexão internacional em curso sobre a sustentabilidade dos ODM depois de 2015: a chave está na parceria global para o desenvolvimento, único dos ODM que conta com a iniciativa privada e com a cooperação científica e cultural.

É que a cultura pode alargar o âmbito da interdependência económica para além da comunidade de segurança do Atlântico norte. Assim, as plataformas CPLP vão além da «amizade mútua» citada nos estatutos: sustentam o ciclo virtuoso entre globalização, democracia e desenvolvimento estimado numa comunicação à Academia Real da Bélgica em 11 de janeiro de 2014, mostrando a relevância de grupos de países próximos, não só pela geografia e história mas também pelas políticas, como a OCDE. As perceções culturais (que se costuma chamar «tribais», para vincar a raiz antropológica) têm implicações para a pressão dos pares, sem a qual não há vigilância multilateral que funcione. Importa pois estar atento ao perigo do conhecimento pretensamente aplicável a todas as geografias e culturas, até porque a sensibilidade pessoal aos seus efeitos nem sempre consegue corrigir excessos disciplinares. Assim, as condições de sucesso das plataformas CPLP confirmam que países muito diferentes podem usar a amizade e o conhecimento mútuo, enquanto valor político genuíno, porque o

termo global se refere ao facto de nove países tão diferentes terem qualquer coisa a acrescentar em conjunto.

Igualmente, encarar a CPLP como um fórum multilateral capaz de gerir a sua própria diversidade permite lançar alertas quando as relações bilaterais prevalecem sobre uma estratégia comum. A relevância de Portugal como um ponto geográfico estratégico decorre de ser portador de um papel inigualável na projecção da lusofonia. Compreende-se, assim, como é essencial potenciar a História, a Geografia e os dados recolhidos e apresentados para cultivar uma maior atenção das elites empresariais, universitárias e políticas à lusofonia global.

Relaciona-se também a mutualidade do conhecimento com a consciência das empresas portuguesas de que os fenómenos de cooperação, de internacionalização e de desenvolvimento internacional se devem fazer com base em tecnologia e são imprescindíveis para construir conhecimento mútuo e desenvolver inovação.

O debate na AICEP trouxe sugestões para constituir uma plataforma de conhecimento capaz de disseminar todo o conhecimento que temos pelas empresas e pelos organismos públicos, bem como de um Centro Português de Internacionalização Empresarial portador de várias valências, como a reflexão sobre os instrumentos de política legislativa e administrativa essenciais à internacionalização a nível fiscal, no âmbito financeiro, na utilização dos fundos estruturais e em tudo o que se relacione diretamente com a internacionalização. Também se desejou estudar a internacionalização sectorialmente identificando sectores prioritários para criar *clusters* em volta de uma empresa âncora e assim aperfeiçoar práticas institucionais, como se descreve na secção 4, relativamente à lusofonia económica.

De novo, a primeira vaga da globalização resultou de um desígnio português. Nesse sentido, recuperar a diferencialidade assenta na combinação virtuosa das pertenças europeia e lusófona e das liberdades política e financeira. A diferencialidade inclui, para além das políticas intergovernamentais, processos de colaboração entre órgãos de soberania que evitem eventuais excessos da separação dos poderes, sendo que os seus efeitos devem ter em conta a volatilidade dos mercados, mesmo quando ela se não manifesta, como tem sido o caso depois do fim do programa de ajustamento em meados de 2014.

Está muito facilitada a comunicação entre pessoas e empresas a nível global e esse facto ilustra a aceleração da interdependência, ou da sensibilidade, das economias nacionais entre si. A interação entre G&G em Portugal deve assentar na gestão da diversidade relativamente a outros Estados de modo a que relações bilaterais e multilaterais estejam alinhadas com a globalização. Seguindo o caminho da diferencialidade política e da cooperação em termos de mercado no plano global e a competitividade interna em termos de mercado aliada a uma cooperação política nacional, Portugal melhorará o seu desempenho internacional.

4. LUSOFONIA ECONÓMICA

Sem a lusofonia global, Portugal vale menos na Europa. Este valor depende em grande parte do que Portugal consegue trazer para a Europa, pelo que é fundamental operacionalizar uma estratégia com credibilidade e segurança. Estar aberto à globalização é o critério para fomentar as zonas de integração económica de Portugal e dos outros oito países da CPLP. Além da União Europeia, estas plataformas da CPLP incluem: Comunidade de Desenvolvimento da África austral para Angola e Moçambique, Comunidade Económica dos Estados da África central para Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe, Comunidade Económica dos Estados da África ocidental para Cabo Verde e Guiné-Bissau, Mercado Comum do Sul para o Brasil, Associação das Nações do Sudeste asiático — à qual Timor-Leste está para aderir — e Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau). Explorando a complementaridade entre estas plataformas, potencia-se a interação positiva entre G&G.

A lusofonia global adquiriu maior visibilidade, não só por causa da crise da zona do euro e a resposta das empresas portuguesas ao desafio da exportação durante o período de ajustamento que se seguiu ao pedido de resgate — mas também por opção do governo. Na sequência do relatório do grupo de trabalho *Internacionalização e Desenvolvimento* entregue ao Primeiro-ministro no verão de 2011, o Conselho de Ministros criou o já referido CEIE, secretariado pela AICEP. Em 2013, apreciou o relatório do projeto da lusofonia económica contendo uma lista de 45 propostas para ultrapassar os constrangimentos identificados na

atividade das empresas portuguesas nos outros países da CPLP e suas zonas de integração regional através da facilitação de investimentos e comércio, de acordos internacionais, da formação e capacitação e da circulação de pessoas, incluindo esquemas de implementação e monitorização das medidas e sua potencial abertura às respetivas zonas de integração regional.

Em janeiro de 2014, a pedido do presidente do CEIE, o projeto foi assumido pelas empresas representadas no Conselho Geral da ELO, então presidido pela Galp, tendo-se decidido declinar as medidas em cinco sectores, a começar pela energia e recursos naturais, no quadro da chamada lusofonia energética. Com a consultora PwC, que já apoiara o primeiro relatório, este grupo de trabalho que inclui EDP, Galp, REN, Visabeira, pretende reforçar sinergias entre as empresas lusófonas do *cluster* energético, concentrar esforços e valências em termos de conhecimento e talento a ser aportado pelas empresas e pelo seu capital humano de maneira a afirmar Portugal como centro de competências e de excelência no setor. Cada um dos outros países da CPLP foi assim apreciado através dos eixos de ação seguintes:

1. Acesso aos mercados (obtenção de vistos, importação de capitais, repatriação de capitais e dividendos, financiamento, regulamentação da concorrência, risco de crédito, risco de câmbio);
2. Instrumentos de atenuação do risco de internacionalização (seguros de risco de crédito e apoio à facilitação de garantias de investimento);
3. Capacitação e formação (divulgação sobre os mercados e estratégia das regiões económicas);
4. Segurança jurídica (leis sobre a propriedade, leis sobre investimento, repatriamento de capitais e arbitragem internacional);
5. Tributação e segurança social (onerosidade acrescida em contexto internacional);
6. Acordos comerciais (facilitação do comércio);
7. Proteção recíproca de investimento (segurança);
8. Burocracia (redução dos custos de contexto).

Os relatórios intercalares sobre serviços financeiros (do qual fazem parte BPI, CGD, Millennium, Santander Totta, CTT e BIC); comunicações e infraestruturas

(do qual fazem parte Cimpor, Mota-Engil, CTT, NOS, Revigres e Visabeira) são facilitados pela KPMG, também membro do Conselho Geral da ELO. A título de exemplo, os constrangimentos identificados na atividade quer das instituições financeiras quer das empresas que são seus clientes foram agregados de acordo com as seguintes dimensões:

1. Circulação de pessoas e capitais, nomeadamente quanto à obtenção de vistos ou repatriamento de dividendos;
2. Leis sobre a propriedade e segurança jurídica, nomeadamente quanto a regimes de propriedade ou o funcionamento do sistema judicial;
3. Literacia económica e formação, nomeadamente quanto à capacitação de agentes económicos e recursos humanos;
4. Tributação, nomeadamente quanto a acordos de dupla tributação ou o regime aduaneiro;
5. Acordos comerciais, proteção recíproca de investimentos e investimento direto, nomeadamente quanto aos Regimes de proteção recíproca de investimentos ou aos Regimes de investimento privado;
6. Outros constrangimentos, nomeadamente quanto à constituição de empresas, acesso a financiamento, temas logísticos, etc.

Estão previstos mais dois grupos de trabalho, agricultura e mar; turismo, serviços, saúde e educação, sendo que já existe um relatório intercalar sobre mar, também facilitado pela PwC. Espera-se que os restantes setores possam arrancar em breve para melhor superar deficiências de execução do projeto em Portugal ou noutras plataformas CPLP. Os três relatórios foram debatidos no CEIE e o referente à energia será seguido mais de perto pela Academia, como sequência do projeto da lusofonia energética em 7 de novembro de 2014.

9. CONCLUSÃO

A vasta dimensão do tema dito do «valor económico da língua» exige uma análise multidimensional que varia consoante a língua. No que toca à portuguesa, deve compreender-se a potencialidade específica na projeção das economias não

só dos países membros da CPLP e suas áreas regionais mas ainda das comunidades falantes, abundantes em países da OCDE.

Nesse sentido, os indicadores relevantes diferem dos relevantes para a francofonia, por exemplo, que se inscrevia em competição com o inglês, ao passo que o português seria complementar no espírito do conhecimento mútuo. Atente-se que a dimensão cultural sempre mereceu mais destaque na CPLP do que noutras formações de base linguística, como a *Francophonie* e a *Commonwealth*, até por causa da grande diversidade dos países membros e observadores.

Em conclusão, num mundo com concorrência à escala global, a lusofonia deve projetar esses países e comunidades em direções comuns, tornando-se um desígnio nacional em todos eles, na linha do que Antoine de Saint-Exupéry escreveu em *Terre des hommes*, 1939: «*aimer ce n'est pas se regarder l'un l'autre, c'est regarder dans la même direction*».

Recordo essa expressão no artigo em inglês citado na introdução para repisar que a lusofonia tem de ser global e radico essa necessidade nas motivações nacionais não só da primeira globalização, associada às viagens marítimas, mas também da segunda, em que predominaram viagens terrestres no interior da África austral, como ilustrado nas publicações do IICT que comemoraram os 125 anos da Comissão de Cartografia e o Centenário da República. Aí se puderam identificar paragens da lusofonia global não apenas nas capitais dos Estados-membros da CPLP, atualmente sob presidência timorense, mas também em Berlim, Rio de Janeiro, Macau, etc.

(Comunicação apresentada à Classe de Letras
na sessão de 23 de julho de 2009)

BIBLIOGRAFIA

African Economic Outlook, vários anos, Paris: OCDE.

Borges de Macedo, J. 1985, «A conferência de Berlim cem anos depois», *Democracia e Liberdade*, n.º 35.

Borges de Macedo, J. 1987, *Constantes e Linhas de Força da História Diplomática Portuguesa*, Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, 2.ª edição 2006.

Braga de Macedo, J. 2005, organizador, *Jorge Borges de Macedo: Saber Continuar*, Lisboa: Instituto Diplomático.

- Braga de Macedo, J. 2006, «Não esquecer Bissau», *Cooperação*, série II, n.º 1, pp. 15-16 (versão completa no blogue História Lusófona do Instituto de Investigação Científica Tropical, 5 de Novembro).
- Braga de Macedo, J. 2010, «Berlim, Luanda e outras paragens da lusofonia global», Apresentação, *Viagens e Missões Científicas nos Trópicos: 1883-2010*, pp 5-7, disponível no respectivo blogue História Lusófona de 9 de Dezembro.
- Braga de Macedo, J. 2011, «Global crisis and national policy responses: together alone?», separata de *Ética, Crise e Sociedade* coordenação de Michel Renaud e Gonçalo Marcelo, V.N. Famalicão, Húmus, pp. 91-159.
- Braga de Macedo, J. 2013, «Globalisation et gouvernance tous azimuts», *Actes de Colloque «La Démocratie, enrayée?»*, Bruxelas: Academia Real da Bélgica, pp. 75-96.
- Braga de Macedo, J. 2014a, «A globalização liberta ou apavora?», *Lucere*, Luanda: Universidade Católica de Angola.
- Braga de Macedo, J. 2014b «Globalização e Governação: uma perspetiva portuguesa», *D'aquém, d'além e d'ultramar Estudos de homenagem a António Dias Farinha*, no prelo, pp. 93-134.
- Braga de Macedo, J. 2014c, «A globalização liberta a lusofonia», Comentário a *Strategy for Portuguese-speaking market one vision one strategy one execution*, por João Araújo e José Tenório de Figueiredo, Lisboa: Universidade Católica Editora, Setembro.
- Braga de Macedo, J. 2014d, «A globalização liberta aproximando», intervenção no colóquio *À procura da liberdade*, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Outubro.
- Braga de Macedo, J. 2014e, «Manuel Jacinto Nunes Cidadão Economista», *Nova Cidadania*, 54 Outono Inverno, pp. 51-56.
- Braga de Macedo, J. 2014f «Conhecimento mútuo e lusofonia global», «Mutual knowledge and global lusophonia», *Capital Magazine*, 81, Dezembro Janeiro.
- Braga de Macedo, J. 2014g «Ultimato e lusofonia global», IICT Blogue de História lusófona, Dezembro.
- Braga de Macedo, J. e Brites Pereira, L. 2007, «Diferencialidade Portuguesa na Globalização», *Negócios Estrangeiros*, n.º 11.2, pp. 223-236.
- Braga de Macedo, J., Oliveira Martins, J., Brites Pereira, L. & Tovar Jalles, J. 2013, « Globalization, Democracy and Development » *NBER Working Paper* No. 19575, Outubro.
- Brites Pereira, L. 2009, «Portugal e a Globalização: Um Destino Histórico? », *Nove Ensaios na tradição de Jorge Borges de Macedo 2009*, organizado por J. Braga de Macedo, Ferreira da Silva, A., Amaral, L. e Castro Henriques, A., Lisboa: Tribuna da História em colaboração com IICT e CG&G, pp. 155-176.
- Ciência nos Trópicos: olhares sobre o passado, perspectivas de futuro 2013* brochura bilingue com DVD coordenada por Vítor Rodrigues, Ana Cristina Martins, Maria Cristina Duarte, Maria Otilia Carvalho e Luís Frederico Antunes (inclui *Writing to Queens while crises proceed* por J. Braga de Macedo, J.F.P. Santos e R. Malhó), Lisboa: IICT.

- Cruz, D.I. 2013, *Portugal na conferência de Berlim*, Lisboa: Almedina e Fundação Luso-Americana.
- Futuro e História da Lusofonia Global*, organizado por Miguel Jasmins Pereira, Lisboa: IICT 2008.
- Internacionalização e Desenvolvimento*, Relatório entregue ao Primeiro Ministro, Presidência do Conselho de Ministros e IICT, 2011.
- Maddison, A. 2001, *The World Economy: a Millennial Perspective*, Paris: OCDE.
- Maddison, A. 2007, *Contours of the World Economy, 1-2030 AD, Essays in Macroeconomic History*, Oxford: Oxford University Press.
- OECD 2003, *Globalisation and Governance Main results of the OECD Development Centre's 2001-2002 Programme of Work*, Paris.
- OECD 2010, *Perspectives on Global development: shifting wealth*, Paris.
- Parcerias Público-Privadas e Integração Económica na África austral 2004*, organizado por J. Braga de Macedo e C. Feijó, Lisboa: IICT & UCAN.
- Viagens e Missões Científicas nos Trópicos 1883-2010*, coordenação Ana Cristina Martins e Teresa Albino, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa: IICT 2010.
- Writing to Queens while crises proceed*, in *Ciência nos Trópicos* 2013.